O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 18 | Nº 53 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.12032597

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

DIREITOS HUMANOS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: AÇÕES COM POTENCIAL DE INOVAÇÃO SOCIAL

Thais Pacievitch[1]

Ana Maria Eyng[2]

Resumo

O artigo aporta a relação entre direitos humanos, extensão universitária e inovação social. A focalização do estudo nos contextos socioeconômicos e culturais nacionais marcados pela desigualdade e exclusão mobiliza o problema: quais os requisitos para as ações da extensão referendadas nos direitos humanos se constituírem inovação social? O objetivo da investigação propõe analisar o potencial das ações de extensão referendadas nos direitos humanos se constituírem inovação social, na medida em que promovem o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e os direitos humanos. O método, segundo a abordagem qualitativa, reúne argumentos conceituais e documentais via desenvolvimento dos procedimentos de revisão bibliográfica e documental. A análise dos dados foi submetida à análise de conteúdo combinada com o escrutínio analítico via aplicação do software Iramuteq. Os resultados demonstram que as ações extensionistas propostas na IES estudada, têm grande aderência com os princípios da política nacional e pressupostos da inovação social em diálogo com os direitos humanos. As ações extensionistas constituem inovação social, na medida que promovem o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e os direitos humanos. Nesse sentido, as estratégias de participação corresponsável com/na comunidade na formulação, aplicação e avaliação das ações extensionistas analisadas, se torna condição vital para que a extensão universitária produza inovação social.

Palavras-chave: Currículo; Direitos Humanos; Extensão Universitária; Inovação Social.

Abstract

The article discusses the relationship between human rights, university extension and social innovation. The focus of the study on national socioeconomic and cultural contexts marked by inequality and exclusion mobilizes the problem: What are the requirements for extension actions endorsed by human rights to constitute social innovation? The goal of the investigation proposes to analyze the potential of extension actions endorsed by human rights in constituting social innovation as they promote dialogue between academic knowledge and human rights. The method, according to the qualitative approach, brings together conceptual and documentary arguments through the development of bibliographic and documentary review procedures. The results demonstrate that the extension actions proposed in the IES (Higher Education Institutions, in Portuguese) studied have great adherence to the principles of national policy and assumptions of social innovation in dialogue with human rights. Extension actions constitute social innovation as they promote dialogue between academic knowledge and human rights. In this sense the strategies of co-responsible participation with/in the community in the formulation, application and evaluation of the extension actions analyzed becomes a vital condition for university extension to produce social innovation.

Keywords: Curriculum; Human Rights; Social Innovation; University Extension.

[1] Professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: thais.pacievitch@gmail.com

[2] Professora da Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Doutora em Inovação e Sistema Educativo pela Universidad Autonoma de Barcelona (UAB). E-mail: ana.eyng@pucpr.br

INTRODUÇÃO

A articulação universidade-sociedade pela via da extensão viabiliza a integração entre as ciências produzidas na Universidade e os diferentes conhecimentos e saberes sociais e culturais que circulam fora dela. A essência das atividades extensionistas está nas reflexões e vivências sobre os/em direitos humanos aplicados à transformação social, notadamente em contextos socioeconômicos e culturais nacionais marcados pela desigualdade e exclusão.

Em um contexto de desigualdade social, ações extensionistas que aproximem a Universidade e as comunidades que a circundam têm o potencial de produzir trocas de conhecimentos e saberes por meio das quais o aprendizado pode ser mútuo. As comunidades têm a possibilidade de participar de debates ou mesmo de acessar os mais recentes conhecimentos produzidos pelas ciências e, principalmente, os estudantes universitários podem aprender e/ou reconhecer os saberes produzidos na realidade das comunidades, ampliando e articulando teorias e práticas nesse processo. Nas mais variadas áreas do conhecimento, esse encontro entre universidade e comunidade é permeado por questões relativas aos direitos humanos, considerando que tal encontro é entre pessoas ou grupos que, invariavelmente, assumem agendas mais ou menos vinculadas às lutas no/do campo social. As reflexões e vivências os/em direitos humanos oriundas desse encontro podem se constituir inovações sociais.

Importante salientar que ao se considerar a extensão como potencialmente inovadora socialmente, sobretudo no campo dos direitos humanos, não se está defendendo somente a ideia de que o conhecimento acadêmico, em contato com os saberes comunitários, constitui-se como um agente de inovação social nesses espaços. Ao contrário, destaca-se o potencial dos saberes artesanais se constituírem como inovação social no/em diálogo com os conhecimentos acadêmicos, no processo de "conhecer-com" promovido por meio das atividades extensionistas, nas quais a proposta considere a reciprocidade de aprendizagens entre universidade e comunidade.

Tais pressupostos, com ênfase nas relações entre a extensão universitária, os direitos humanos e a inovação social, são o foco do artigo que se pauta na seguinte questão: quais os requisitos para as ações da extensão referendadas nos direitos humanos se constituírem inovação social? Do problema deriva o objetivo da investigação, que propõe discutir os requisitos que potencializam as ações de extensão referendadas nos direitos humanos para a produção de inovação social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica estabelece um diálogo analítico entre as temáticas dos direitos humanos e inovação social aplicadas à curricularização da extensão. A pesquisa se situa no contexto de ampliação

das ações extensionistas promovida pelas Instituições de Ensino Superior - IES, fomentada pela obrigatoriedade de inclusão de 10% de atividades de extensão na carga horária nos currículos dos cursos de graduação. A exigência legal se deu a partir da publicação da Resolução CNE/CES 07/2018 que regulamenta a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 aprovado sob a Lei n. 13.005 (Brasil, 2014). A meta prevê: "assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social" (BRASIL, 2014).

A política propõe uma transformação dos pressupostos e princípios observados na história do desenvolvimento da extensão universitária no Brasil, marcada por ações predominantemente assistencialistas, passando a colocar em evidência a ênfase na reciprocidade entre universidade e o público da extensão, mencionada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e amplificada nos documentos que direcionam a implementação da extensão, em especial na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018b) e no Parecer CNE/CES nº 608/2018 (BRASIL, 2018a) que a fundamenta.

Há, portanto, uma nova perspectiva para as funções da Educação Superior, com as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (BRASIL, 2018) estabelecendo os princípios, os fundamentos e os procedimentos a serem observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior. A intencionalidade metodológica proposta para a extensão universitária passa a pautar o desenvolvimento de estratégias participativas integrando esforços conjuntos entre a universidade e a comunidade.

Nessa direção, passamos a elucidar aspectos conceituais que fundamentam a análise das categorias que estruturam os argumentos do estudo: **extensão universitária, direitos humanos e inovação social**

No que se refere à primeira temática, relativa à **extensão universitária**, a ampliação/inclusão da carga horária de extensão nos currículos dos cursos de graduação gerou ricos debates nas universidades, sintetizados especialmente no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Dentre os temas discutidos, a questão da nomenclatura e seus significados, abordou uso de termos como: curricularização, creditação e integralização, os quais foram assumidos por diferentes IES, considerando cada contexto e a autonomia universitária, conforme prevista no art. 207 da Constituição Federal.

No bojo das discussões, para além da nomenclatura e de seus significados na implementação/ampliação da carga horária da extensão, observa-se a ampliação da concepção de currículo, incutido na ideia de que, a partir da extensão, "[...] emerge um novo conceito de 'sala de

aula', que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem". Nesse sentido, sala de aula passa a significar todos os espaços, "[...] dentro e fora das instituições de ensino, em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas". (BRASIL, 2018a, p. 09). Segundo Paula (2024, p. 102), uma leitura crítica do cotidiano:

> [...] fundamenta-se nas trocas e no diálogo que intentam as transformações a partir da análise e compreensão da vida e suas vivências. A verdadeira educação não se desvincula da realidade vivida, pois a aprendizagem significativa se origina da relação entre velho e novo, conhecido e desconhecido. A educação no cotidiano, afeta o espaço em que se vive e promove implicações nas práticas sociais e educativas.

A ampliação/expansão do currículo para além da sala de aula e dos muros das universidades, por meio da extensão se evidencia, tornando possível que saberes e experiências alheias às ciências permeiem a formação dos estudantes e adentrem os quase impenetráveis muros das universidades. Para tanto, a incorporação da extensão pelo/no currículo requer estratégias flexíveis, que de fato ampliem e não limitem os itinerários formativos. Segundo publicação do FORPROEX (2006, p. 45), a flexibilização curricular traz "[...] a ideia de liberdade, dando autonomia ao estudante para construir seu caminho, seu currículo, sua identidade", pois, "[...] tudo o que se faz ou se vivencia em uma instituição de ensino superior é currículo".

A relação entre a universidade e a sociedade, pré-requisito para as atividades extensionistas, é reforçada na definição de extensão proposta na legislação de 2018.

> A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018b).

Da fundamentação dessa definição, destaca-se a indicação de que o processo interdisciplinar mencionado deve promover "[...] a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento" (BRASIL, 2018b, p. 13).

Quadro 1 - Categorias da extensão, a partir da legislação nacional

Categoria/requisitos
Interação com a sociedade com foco em questões contemporâneas
Formação cidadã e integração interdisciplinar
Promoção de mudanças na instituição e na sociedade
Compromisso social e diálogo construtivo
Produção e aplicação de conhecimentos para o desenvolvimento social

Fonte: Elaboração própria. Adaptada de Brasil (2018).

A partir dos princípios e pressupostos estabelecidos na atual política acerca da extensão universitária identificamos a relevância da segunda categoria conceitual do estudo, os **direitos humanos**. Pois, compreende-se que a necessária "interação transformadora" exige ações extensionistas pautadas nos direitos humanos, seja como conteúdo, seja como vivência pautada na troca e na participação.

Nos contextos marcados pela pobreza, desigualdade e exclusão a fragilidade na garantia dos direitos humanos evidencia a necessidade de estratégias e espaços outros de atuação no atendimento de aspectos que perfazem a dignidade humana. Os construtos epistemológicos e *práxicos* acerca dos direitos humanos são referendados das contribuições dos estudos de Bobbio (2004); Bonavides (2008); Flores (2002); Candau *et al*. (2013); Candau, Sacavino (2013) e outros.

A efetividade dos direitos humanos é considerada por Bobbio (2004, p. 24) "um problema não filosófico, mas político", pois sua conquista e manutenção são sensíveis às circunstâncias históricas, sociais, econômicas e culturais locais e globais. Evidencia-se, portanto, a afirmação de que os direitos humanos "[...] são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas" (BOBBIO, 2004, p. 9), sendo necessária a luta permanente para sua manutenção e ampliação.

Nesse sentido, as ações para efetivação e garantia dos direitos humanos, "[...] no mundo contemporâneo, necessitam dessa visão complexa, dessa racionalidade de resistência e dessas práticas interculturais, nômades e híbridas, para superar os resultados universalistas e particularistas [...]" (FLORES, 2002, p. 26). Em contextos de extrema desigualdade, tais como no Brasil, o diálogo e a busca por convergências no que se refere aos direitos humanos se tornam fundamentais para abrandar os efeitos da polarização e da lógica binária vigente, e a consciência de que não basta afirmar os direitos humanos nas políticas públicas, pois "[...] os direitos humanos não são, unicamente, declarações textuais. Tampouco, são produtos unívocos de uma cultura determinada" (FLORES, 2002, p. 26).

Assim, os direitos humanos, na perspectiva necessária para a ação transformadora operam como "[...] meios discursivos, expressivos e normativos que pugnam por reinserir os seres humanos no circuito de reprodução e manutenção da vida, permitindo-lhes abrir espaços de luta e de reivindicação". Pautam e atuam nos processos coletivos e "[...] dinâmicos que permitem a abertura e a conseguinte consolidação e garantia de espaços de luta, pela particular manifestação da dignidade humana (FLORES, 2002, p. 26)

É a partir dessa compreensão dos direitos humanos que se percebe o potencial inovador do estabelecimento de um diálogo entre saberes das ciências e saberes das diversas culturas que transitam

nas comunidades, promovendo a vivência deles, no âmbito das atividades de extensão, pois, "as estruturas existentes e as políticas estabelecidas se mostram insatisfatórias na eliminação dos mais prementes problemas dos tempos atuais" (MURRAY *et al*, 2010, *apud* BIGNETTI, 2011, p. 04), sejam eles resultado das desigualdades, das questões ambientais ou dos conflitos que afligem os povos.

Nesse direcionamento, colocamos em relevo, a terceira categoria conceitual do estudo: **a inovação social** (TARDIF; HARRISSON, 2005; BIGNETTI, 2011; ELLIOT, 2013; CUNHA; BENNEWORTH, 2013). Como argumenta Elliot (2013, p. 07):

> A inovação social no ensino superior é um empreendimento radical e arriscado, porque questiona a ortodoxia ou o mundo pressuposto dos educadores formais de que as universidades deveriam investigar, ensinar e transferir conhecimentos de dentro da torre de marfim. No entanto, este é um desafio que as universidades devem aceitar se quiserem sustentar a sua influência num mundo em mudança que questiona cada vez mais a finalidade de uma universidade.

Assim, na luta por melhores condições, é fundamental pensar, agir e conhecer-com, pois, como explicado por Moulaert (2000 *apud* ANDRÉ, ABREU, 2006, p. 127), "[...] o reconhecimento e a eventual resolução das formas mais agudas de exclusão só será possível se se encontrarem formas inovadoras de revelar necessidades, de cooperar e de democratizar a gestão pública".

A complementaridade entre o desenvolvimento social e econômico articulados com a defesa dos direitos humanos, fica evidente quando a universidade se envolve em processos de inovação social, pois como explica Elliot (2013, p. 02), "[...] a inovação social no ensino superior estimula e sustenta a diversidade, a inclusão social, a cidadania e as comunidades e parcerias de aprendizagem locais, que estes também são fundamentais para o crescimento económico e a regeneração e que, portanto, é importante reconectar a dimensão social da educação com a dimensão económica".

Ao colocar o ser humano como centro na ação da inovação social, assume-se a compreensão dessa como "[...] uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social" (ANDRÉ, ABREU, 2006, p. 124). Para se constituir como inovação social, são requeridas as seguintes dimensões: satisfação das necessidades humanas; mudanças nas relações sociais com aumento da capacidade sociopolítica; o acesso aos recursos necessários para garantir os direitos na satisfação das necessidades humanas e a promoção da participação (MOULAERT *et al*., 2005, p. 1976).

Nessa perspectiva, a inovação social tem a potencialidade de gerar a emancipação das pessoas e das comunidades, capacitando e mobilizando-as à ação, melhorando a resiliência social e aumentando as capacidades sociopolíticas dos participantes e o acesso aos bens e serviços. A abordagem participativa desenvolve, portanto, ativos e capacidades que permitem aos sujeitos e comunidades satisfazerem

necessidades e garantirem direitos a longo prazo, gerando empoderamento, capacidade de ação participativa. (CUNHA, BENNEWORTH, 2013, p. 08).

No caso da extensão universitária, o empoderamento e a capacidade de agir tem "mão dupla" no processo de diálogo e troca entre conhecimentos e experiências entre os atores envolvidos. Assim, merecem ênfase propostas cujas estratégias promovam "[...] vinculação permanente e de cooperação intensa entre os atores envolvidos no sentido de se obterem transformações sociais duradouras e de impacto, que possam representar mudanças nas relações e nas condições sociais" (BIGNETTI, 2011, p. 07).

Nesse contexto, a inovação social se constitui como "[...] um processo de construção social, de geração de soluções dependente da trajetória. A concepção, o desenvolvimento e a aplicação estão intimamente imbricados e são realizados através da relação e da cooperação entre todos os atores envolvidos" (BIGNETTI, 2011, p. 07).

Assim, considerar atividades de extensão como potencialmente geradoras de inovação social é um primeiro passo para a análise e a avaliação dos processos que podem contribuir para que ações extensionistas constituam transformação social significativa e duradoura para todos(as). No entanto, o estudo das inovações sociais requer referenciais e metodologias distintas daquelas utilizadas nas análises da inovação tradicional, visando "[...] analisar o processo específico de geração, desenvolvimento, aplicação e difusão de ideias, que ocorre através da permanente interação entre todos os atores, numa construção social das soluções" (BIGNETTI, 2011, p. 12).

No estudo de Tardif e Harrisson (2005) são explicitadas as seguintes dimensões da inovação social: transformação, caráter inovador das soluções, natureza da inovação, atores e processo, apresentadas no quadro 2, que traz um breve resumo sinótico descritivo.

Quadro 2 - Dimensões da inovação social adaptadas para a extensão

Dimensão	Descrição/Tardif e Harrisson (2005)
Transformação	Desencadeada por contextos em crise, por rupturas e descontinuidades, em macro e/ou micro escalas (p. 24).
Caráter inovador das soluções	Em resposta às crises (econômicas, sociais e etc.), surgem novas e inéditas soluções (p. 24).
Natureza da Inovação	As inovações podem ser de diferentes naturezas: técnica (relacionada à tecnologias); sociotécnica (abrange o interesse organizacional, articulada com reinvindicações sociais); social (originadas e promovidas pelos sujeitos da sociedade civil); organizacional (originadas em organizações); e institucional (consequências da atuação do Estado) (p. 25).
Atores	Os agentes são múltiplos, assim como são diversas as relações constituídas entre os atores. (p. 25).
Processo	Ações e processos de aprendizagem coletiva, que visam a efetivação da inovação social. (p. 25).

Fonte: Tardif; Harrisson (2005).

Os referenciais dos estudos que subsidiam as categorias conceituais permitem estabelecer os requisitos das ações de extensão (quadro 3) para que elas constituam a inovação social demandada pelo diagnóstico e planejamento de projetos de extensão em diálogo com a comunidade.

Quadro 3 - Requisitos das ações de extensão

Categorias	Requisitos - Princípios e indicadores
Inovação Social:	- Construção e aplicação de conhecimentos para promover mudanças; - Atividades acadêmicas e sociais impactando a instituição e outros setores da sociedade; - Compromisso social com diversas áreas, como comunicação, cultura, direitos humanos, meio ambiente, etc.; - Reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa; - Incentivo à atuação da comunidade acadêmica no enfrentamento de questões sociais; - Produção e construção de conhecimentos voltados para o desenvolvimento social; equitativo, sustentável e alinhado à realidade brasileira; - Vivência interprofissional e interdisciplinar dos conhecimentos; - Valorização e integração da formação cidadã à matriz curricular; - Contribuição para formação integral dos estudantes como cidadãos críticos e responsáveis; - Interatividade da comunidade acadêmica com a sociedade; - Diálogo construtivo e transformador com setores da sociedade.
Direitos Humanos:	- Visão de Totalidade; - Abordagem intercultural;
Extensão Universitária:	-Interação com a sociedade em relação a questões contemporâneas; -Formação cidadã e integração interdisciplinar; - Promoção de mudanças na instituição e na sociedade; -Compromisso social e diálogo construtivo; -Produção e aplicação de conhecimentos para o desenvolvimento social.

Fonte: Elaboração própria.

Em síntese, as correntes de estudo da inovação social consideram as suas potencialidades no que se refere à três dimensões integradas: 1. satisfação de necessidades humanas, promovendo a garantia de direitos; 2. a reconexão das esferas e funções na sociedade, criando a estratégias participativas de corresponsabilidade; 3. empoderamento ampliando a capacidade de mobilização política a partir das comunidades (ELLIOT, 2013; BIGNETTI, 2011; MOULAERT, 2005; TARDIF, HARRISSON, 2005; CUNHA, BENNEWORTH, 2013).

Desse modo, os processos de extensão universitária, com espeque nos requisitos políticos, epistêmicos e metodológicos conjugam os verbos inerentes à justiça social (FRASER, 2006, 2008), redistribuir, participar e representar, na produção da inovação social. Assim, a inovação social, tem como intencionalidades compartilhadas: a **redistribuição,** que busque a alocação mais justa de recursos, bens e serviços; **o reconhecimento** das diferenças que constituem a diversidade, sob os mais variados aspectos (gênero, geração, etnia, nacionalidade, sexualidades, etc.,) e **a representação** social e política que requer arranjos que permitam que todos participem como pares na vida social. (FRASER 2006, 2008) Em tal cenário, se pode tornar viável, superar as desigualdade e exclusões que se expressam nas injustiças e derrubar os obstáculos institucionalizados que impedem muitos sujeitos de estarem "[...] em condições de paridade com os demais, como parceiros integrais da interação social" (FRASER, 2008, p. 5).

Portanto, na inovação social produzida pela via da extensão, os requisitos participativos e representacionais geram possibilidades redistributivas, além de promover, fortalece a ação conjunta de indivíduos movimentos sociais e as IES.

MÉTODO

O estudo se referenda na abordagem qualitativa, que considera o ambiente natural como fonte direta de dados e o investigador como instrumento principal, adota o registro descritivo, com foco mais no processo do que nos produtos ou resultados, destaca a análise que dá ao significado importância vital. (BOGDAN, BIKLEN, 1994).

No delineamento do método da pesquisa os pressupostos da abordagem qualitativa (BOGDAN, BIKLEN, 1994), a problematização e integração das temáticas em estudo pautam a escolha e desenvolvimento dos procedimentos de coleta, sistematização e discussão dos resultados. Nessa direção, são integrados os procedimentos de pesquisa bibliográfica (OKOLI, 2015a, 2015b; CAMPOS, CAETANO, GOMES, 2023) e pesquisa documental (CAULLEY, 1981 *apud* LÜDKE, ANDRE, 1986), submetidos ao escrutínio da análise de conteúdo de Bardin (1997) e análise de similitude (CAMARGO, JUSTO, 2013), associada à aplicação do software Iramuteq.

O intuito do estudo de revisão objetivou a identificação de estudos atuais com abordagem dos três descritores de forma integrada e a análise documental buscou "[...] identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse" (CAULLEY, 1981 *apud* LÜDKE, ANDRE, 1986, p. 38), mediante a análise de similitude e aplicação da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), no processamento dos dados documentais.

No estudo de campo, as bases documentais que fundamentam a discussão, destacam-se a legislação nacional, as normativas e programações institucionais e do FORPROEX sobre a extensão universitária. A investigação foi iniciada na busca e sistematização dos argumentos epistêmicos acerca da temática da inovação social encontradas nas ações extensionistas nas quais há diálogo entre elementos dos direitos humanos e os princípios da extensão universitária.

No estudo de revisão, foram selecionadas quatro bases de dados de busca: as bases de dados da revista Boletim da Conjuntura (BOCA), o portal *Scientific Electronic Library Online* - Scielo, o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Sistema de Informacão Científica Redalyc. Para a busca, foram definidos os descritores: "extensão universitária", "direitos humanos" e "inovação social", cujos cruzamentos, no caso das bases de dados, foram delimitados pelo operador booleano "AND". O intuito da revisão foi identificar estudos atuais com abordagem dos três descritores de forma integrada.

RESULTADOS

Estudo de revisão

Os achados nas buscas realizadas em quatro bases foram submetidos à análise dos títulos, resumos e leitura flutuante dos textos na íntegra, tendo como critério de inclusão a convergência com os pressupostos e propósitos da nossa investigação: analisar o potencial das ações de extensão referendadas nos direitos humanos se constituírem inovação social.

A revisão realizada no banco de dados da revista Boletim da Conjuntura (BOCA), com os descritores "extensão universitária", "direitos humanos" e "inovação social" buscados individualmente, resultou em 25 publicações, sendo 2 sobre a temática extensão universitária, 4 sobre inovação social e 17 vinculadas à temática dos direitos humanos.

A análise da abordagem dos dois artigos sobre extensão universitária, colocou em destaque, em virtude da aproximação com os propósitos da investigação aqui relatada, a publicação "Danças maranhenses e ginástica para todos: aprendizagens para além da universidade" (VILANOVA-CAMPELO, MARTINS, 2023), na qual é analisada uma experiência formativa extensionista desenvolvida por estudantes do curso de Licenciatura em Educação Física.

Entre os quatro artigos sobre a inovação social, merece destaque o artigo "Ecossistema de inovação social: uma revisão sistemática", no qual se objetivou "apresentar sistematicamente a literatura sobre ecossistema de inovação social, por meio da observação da evolução na produção e obras de maior impacto, rigorosamente para a expressão ecossistema de inovação social" (REINALDO, PINTO, 2023).

Quanto aos dezessete artigos encontrados, relacionados à temática dos direitos humanos, são abordados aspectos muito diversificados. A partir da análise, por sua maior convergência, selecionamos o texto "Formação de professores em direitos humanos: uma caracterização das teses e dissertações em educação no Brasil" no qual são apresentados os resultados de uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, com o objetivo de "compreender a abordagem e o desenvolvimento das pesquisas no campo da formação de professores em direitos humano" (AOOD, ABREU, 2023). Não foram encontrados, no periódico mencionado, artigos nos quais tenham sido articulados os descritores "extensão universitária", "direitos humanos" e "inovação social".

Na busca no portal Scielo, tendo com descritores "extensão universitária" e "direitos humanos" e "inovação social", não foi encontrada nenhuma publicação. Assim, foi feita nova busca somente com os descritores "extensão universitária" e "inovação social" resultando em um artigo. O texto "A Extensão Universitária como um caminho para a Inovação Social: análises a partir da Universidade Federal do

Rio Grande do Sul" analisa o potencial da extensão universitária como um meio para a inovação social a partir de contribuições de coordenadores de ações extensionistas. Os autores concluem que a universidade pode apoiar a geração de inovações sociais, no entanto, "[...] os resultados da pesquisa também revelam que a universidade oferta soluções de maneira mais intensa do que as constrói com a coletividade envolvida; revelando um viés ofertista" (KLAUMANN, TATSCH, 2023, p. 01).

No portal redalyc.org as buscas com os descritores e marcador booleano "Direitos Humanos" AND "Extensão Universitária" AND "Inovação social", no período 2019-2023 resultou em três artigos. O primeiro resultado foi do mesmo artigo encontrado no portal Scielo, com o título "A Extensão Universitária como um caminho para a Inovação Social: análises a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul" de autoria de Ana Paula Klaumann e Ana Lúcia Tatsch, publicado na Revista Brasileira de Inovação em 2023**.** Trata-se de estudo com plena aderência aos descritos e categorias temáticas do presente estudo. Entretanto, os outros dois textos não têm abordagem pertinente para o presente estudo; são eles: "Integrando a extensão universitária ao ensino e à pesquisa em Administração: sistematização de experiência junto a indígenas à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável" de autoria de Dinara Leslye Macedo e Silva Calazans, Washington José de Souza, Nila Patrícia Freire Pequeno, Fábio Resende de Araújo, Valdi de Lima Júnior, publicados pela revista Administração: Ensino e Pesquisa, 2019, 20(3). E o artigo, "Sustentabilidade & Qualidade De Vida: práticas sustentáveis de saúde em comunidades ribeirinhas no Amazonas" de autoria de Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues Chaves, Débora Cristina Bandeira Rodrigues, Camila Fernanda Pinheiro do Nascimento, Evelyn Barroso Pedrosa, Thamirys Souza e Silva, publicado pela Revista de Políticas Públicas, 2020, 24(1).

Diante dos parcos resultados, as buscas foram ampliadas, com incursão no Portal de Periódicos da Capes, com os mesmos descritores "extensão universitária", "inovação social" e "direitos humanos", utilizando o operador booleano "AND". Nessa busca não foi encontrado nenhum resultado com os descritores associados.

Embora seja significativa a produção acadêmica sobre as temáticas em foco, quando buscadas individualmente, há uma lacuna de pesquisas e produções atuais que articulem, de modo integrado, os três descritores. Nessa direção, a investigação aqui relatada, visa contribuir para o preenchimento de tal lacuna, ao integrar as três temáticas.

Estudo documental

A pesquisa documental, reuniu propostas de ações extensionistas (programas, projetos, cursos e eventos) ofertadas em uma universidade federal, no período entre 2018 e 2023. Os dados coletados na

pesquisa documental foram submetidos às etapas de análise textual de similitude e análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), sistematizadas em categorias elaboradas a partir da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018b) e das dimensões da inovação social propostas por Tardif e Harrisson (2005). No processamento dos dados e análise textual, como complementação da análise de conteúdo, foi utilizado o software Iramuteq, que possibilita diferentes meios de "processamento de dados qualitativos, visto que permite diferentes formas de análises estatísticas de textos, produzidas a partir de entrevistas, documentos, entre outras" (SOUZA, *et al*, 2018).

O acesso às propostas de ações de extensão (eventos, cursos, projetos ou programas) se deu mediante requerimento à Pró-reitoria de extensão, tendo sido solicitado acesso às ações de extensão nas quais constasse, no título, objetivos ou palavras-chave, um ou mais dos seguintes termos relacionados direta ou indiretamente à grande área dos Direitos Humanos: Direitos humanos; Interculturalidade; Cidadania; Justiça social; Inovação social; Impacto social; Políticas públicas; Bem-estar; Igualdade de gênero; Diversidade; Inclusão social; Educação para a paz; Sustentabilidade; Responsabilidade social; Direitos das mulheres; Direitos das minorias étnicas ou religiosas; Direitos das pessoas com deficiência; Direitos LGBTQIA+(A sigla se refere às lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e mais uma diversidade de identidades na sigla.); Direitos das crianças e adolescentes; Direitos dos povos indígenas e/ou comunidades tradicionais.

Como demarcador temporal, foram selecionadas as ações propostas a partir de 2018, considerando ter sido o ano de publicação das Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Embora a publicação da Resolução tenha ocorrido no final de 2018, optou-se por manter esse ano como demarcador para a análise do impacto das Diretrizes, em relação a ampliação da oferta de ações extensionistas em geral, e em relação às temáticas relacionadas aos direitos humanos em particular.

A partir dos termos relacionados à grande área dos Direitos Humanos, foram encontradas 476 ações (planilha de dados recebida em junho de 2022), sendo necessário excluir as ações duplicadas por contemplarem mais de um dos termos, restando 411 ações (178 em execução e 233 finalizados).

DISCUSSÃO

O conjunto das quatrocentos e onze ações encontradas, foram submetidas à análise, considerando a proposta de Bardin (1977, p. 95), perpassando os movimentos: "a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação", seguida da análise e sistematização por meio do Iramuteq.

Na análise de conteúdo, a pré-análise se iniciou com a leitura flutuante dos títulos e informações adicionais (disponibilizadas por meio de planilha). Essa etapa "corresponde a um período de intuições" que tem por finalidade operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais, de modo a constituir um plano de análise que pode ser flexível, mas deve ser preciso (BARDIN, 1977). Essa leitura e, quando necessária, a pesquisa adicional às informações disponibilizadas na internet, no espaço de "consulta pública de atividades de extensão" na página institucional ou em outras publicações, reduziu o número de propostas de interesse da pesquisa para 122 ações de extensão (56 ações em execução e 66 finalizadas). Referente à cada ação selecionada, nos foi disponibilizado (Arquivos solicitados foram enviados em setembro de 2022) um arquivo com as informações completas das propostas de ações extensionistas (cursos, eventos, programas e projetos).

Como fundamento para elaboração de critérios de inclusão/exclusão das propostas, foram elaboradas as seguintes hipóteses/premissas, considerando o escopo da pesquisa: 1) embora a ação extensionista possa estar situada direta ou indiretamente no campo dos direitos humanos, seu objetivo, metodologia ou atividades podem descaracterizar a centralidade dos direitos humanos no que se refere ao potencial de inovação social; 2) ainda que abordar a temática dos direitos humanos seja essencial na/entre a comunidade científica, é fundamental que a ação extensionista com foco nos direitos humanos envolva participantes externos à universidade/ciência; 3) a participação no sentido de "fazer-com" é um pressuposto fundamental para a inovação social, ou seja, a ação extensionista considerada potencialmente inovadora será aquela na qual objetivos, atividades ou metodologia, preveja a troca de saberes, em uma via de mão dupla.

Considerando esses critérios, na leitura flutuante das 122 propostas, foram utilizados dois indicadores para a seleção das ações a serem analisadas: 1) a ação proposta (programa, projeto, evento ou curso) explicitamente se vincula e/ou promove o(s) direito(s) humano(s) para além da comunidade científica? 2) a ação proposta se refere à participação efetiva do público/comunidade, no sentido de "fazer-com", não no sentido de "fazer-para", valorizando, desse modo, os saberes em diálogo com o conhecimento científico?

Assim, como resultado da leitura flutuante que objetivou selecionar os documentos a serem analisados detalhadamente, foram identificadas 49 ações de extensão.

Tabela 1 - Tipos de ações de extensão selecionados

Tipo	Finalizados	Em Execução	Total
Curso	1	2	3
Eventos	11	4	15
Programa	-	1	1
Projetos	6	24	30
TOTAL	18	31	49

Fonte: Elaboração própria.

Ao realizar a leitura flutuante, observou-se alguma variação na estrutura das propostas das ações extensionistas relacionada ao período no qual foram submetidas, devido a três aprimoramentos no sistema utilizado para a submissão das propostas, ocorridos no período (2018-2022). Como observado na tabela 1, dentre as 49 ações de extensão selecionadas, 18 constavam com status de finalizados e 31 com o status de "em execução" no momento do recebimento dos dados.

Considerando o recorte temporal, importante mencionar o impacto da Pandemia no tipo de ação extensionista ofertada: ocorreu o aumento na oferta de eventos de extensão, com maior possibilidade de oferta na modalidade remota e a diminuição na oferta dos projetos nesse período.

Tabela 2 - Ações extensionistas totais e selecionadas, por ano

Tipo	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	Total	Selec.	Total	Selec.	Total	Selec.	Total	Selec.	Total	Selec.	Total	Selec.
Curso	153	-	202	1	93	-	154	-	228	2	*	-
Eventos	345	-	534	-	245	2	360	4	586	8	*	1
Programa	26	1	24	-	22	-	23	-	23	-	*	-
Projetos	347	1	388	10	427	8	407	3	446	4	*	4
Total	871	2	1148	11	787	10	944	7	1283	14	*	5

Fonte: Elaboração própria.

Os dados da Tabela 2 demonstram o aumento significativo no total das ações extensionistas entre os anos de 2018 e 2019. Observa-se que a abordagem dialógica proposta pela Resolução CNE/CES nº 7/2018 parece ter sido incorporada, considerando que o número de ações nas quais a ação proposta se vincula e/ou promove o(s) direito(s) humano(s) para além da comunidade científica e se preocupa com a participação efetiva do público/comunidade, articulando saberes e conhecimento científico aumentou de 2 para 11 ações. Nos anos de 2020 e 2021, com as restrições impostas pela Pandemia, os números gerais e de ações selecionadas foi inferior ao ano de 2019, embora se observe que o viés das propostas (representado pelas ações selecionadas) se manteve no mesmo patamar. Os dados de 2022 demonstram a retomada do crescimento no número de ações (totais e selecionadas), sendo que em 2023 a tendência de alta parece se manter, considerando que as ações selecionadas no primeiro triênio do ano perfazem mais de um terço das ações selecionadas no ano anterior. Cabe esclarecer que os dados totais do ano de 2023 não foram publicizados pela IES até o momento da publicação. Os dados são oficialmente publicados na página oficial, dedicada a transparência da/na instituição. Assim, a seleção das ações extensionistas ocorreu no primeiro semestre de 2023, de modo que os números representam somente as propostas submetidas e aprovadas até o mês de março.

Retomados os descritores iniciais, observa-se a predominância de ações extensionistas vinculadas aos termos "direitos humanos", "diversidade", "políticas públicas" e "cidadania". Prevalece a

oferta de ações extensionistas organizadas em forma de projeto. O número de programas propostos se reduz a um, ao qual podem se vincular outras ações de extensão.

Tabela 3 - Tipos de ações de extensão selecionados

Descritores	Curso	Eventos	Programas	Projetos	Total
Bem-estar	-	-	-	3	3
Cidadania	1	2	-	3	6
Direitos dos povos indígenas e/ou das comunidades tradicionais	-	1	-	1	2
Direitos das crianças e adolescentes	-	-	-	1	1
Direito das mulheres	-	1	-	-	1
Direitos humanos	-	5	-	7	12
Direitos LGBTQIA+	-	1	-	-	1
Diversidade	-	3	-	7	10
Igualdade de gênero	-	-	-	1	1
Políticas públicas	1	2	1	5	9
Sustentabilidade	1	-	-	2	3
Total	3	15	1	30	49

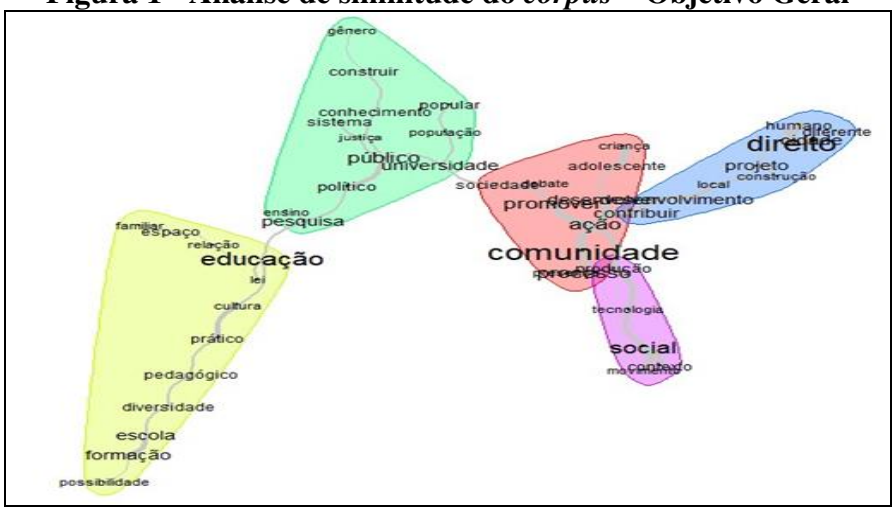
Fonte: Elaboração própria.

A análise textual, com o uso do software Iramuteq teve como primeiro passo a organização do *corpus* de análise, que se constitui na preparação das informações a serem analisadas em um arquivo de texto único, codificado, em formato txt. Foram preparados 2 *corpora*, considerando a estrutura dos documentos a serem analisados e a pertinência das informações dos itens para o estudo: *Corpus* relativo aos objetivos gerais das propostas de extensão (49 textos), *corpus* relativo ao item metodologia das propostas de extensão (49 textos).

Ao analisar o *corpus* relativo ao objetivo geral nas propostas de ações extensionistas, o Iramuteq identificou 1950 palavras. Foi então realizada a análise de similitude, que identifica as ocorrências entre as palavras, trazendo indicações de conexidade entre palavras, auxiliando na identificação da estrutura do conteúdo de um *corpus* textual. Segundo Camargo e Justo (2013), "A análise de similitude se baseia na teoria dos grafos, possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura de um *corpus* textual [...]". Para os autores, a análise de similitude também distingue "as especificidades em função das variáveis ilustrativas (descritivas) identificadas na análise".

Cada cor identifica comunidades diferentes, sendo que em cada comunidade há uma palavra principal destacada que a representa. Além da palavra principal, há outras palavras relacionadas à comunidade e conectadas por ramos que apresentam espessuras distintas, que representam a força da conexão entre as palavras dentro de cada comunidade e entre as comunidades entre si.

Figura 1 - Análise de similitude do *corpus* – Objetivo Geral



Fonte: Elaboração própria.

As comunidades destacadas pela análise de similitude dialogam com o referencial teórico e se relacionam diretamente com os descritores iniciais de seleção das ações. As palavras principais do *corpus* relativo ao objetivo geral destacadas em cada comunidade na análise de similitude são visualizadas na nuvem de palavras, gerada pelo Iramuteq, na qual as palavras são agrupadas e organizadas graficamente em função da sua frequência, sendo "uma análise lexical mais simples, porém graficamente bastante interessante, na medida em que possibilita rápida identificação das palavras-chave de um *corpus*" (CAMARGO; JUSTO, 2013). Com destaque, as palavras comunidade, direito, educação, social e público.

A responsabilidade social de uma instituição pública de ensino superior - IES, que tem como missão a oferta de educação pública de qualidade e a socialização dos seus benefícios, nesse caso via extensão, é expressa nos objetivos gerais das ações extensionistas (ilustrada na Figura 2), conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional da IES (2022, p. 44).

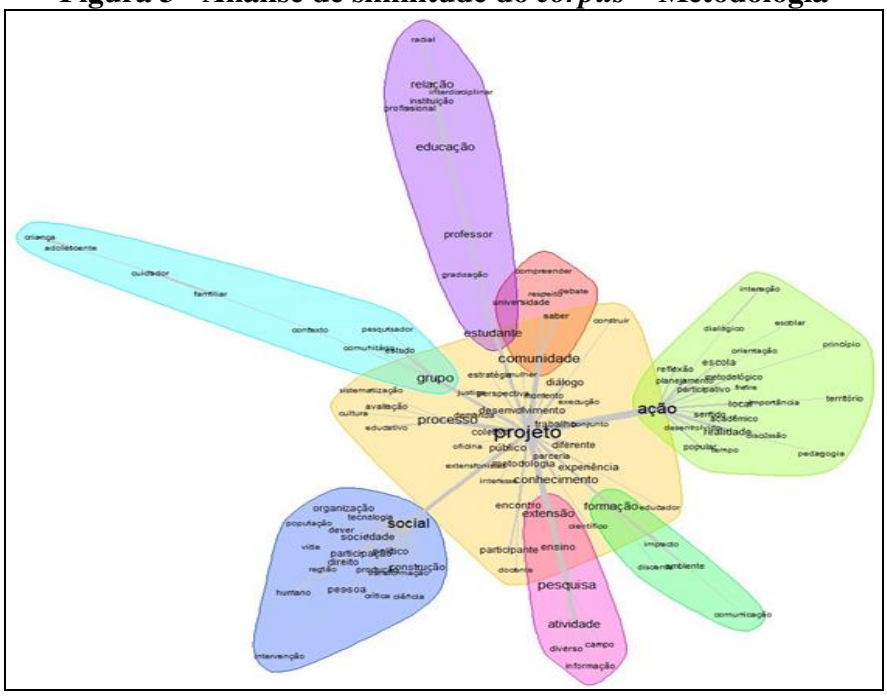
Figura 2 - Nuvem de palavras do *corpus* – Objetivo Geral



Fonte: Elaboração própria.

Considerando que a metodologia proposta para as ações extensionistas tem impacto direto na ideia de fazer-com que perpassa os princípios da extensão e que dialoga com as dimensões (atores e processos) da inovação social, foi realizada a análise textual de similitude a partir do *corpus* Metodologia. Na análise do *corpus* relativo à metodologia das propostas de ações extensionistas o Iramuteq identificou 24987 palavras. Ao realizar a análise de similitude, foram criadas 8 comunidades.

Figura 3 - Análise de similitude do *corpus* – Metodologia



Fonte: Elaboração própria.

A espessura dos ramos de ligação entre as comunidades "projeto" e "ação", "projeto" e "pesquisa", "projeto" e "social" e "projeto" e "comunidade", bem como as palavras e ramos que compõem cada comunidade demonstram a vinculação das propostas selecionadas aos pressupostos dos direitos humanos e aos princípios extensionistas. Segundo a pesquisa de Klaumann e Tatsch (2023), a interação entre a universidade e a comunidade revela que as ações extensionistas são marcadas pelo compartilhamento de saberes, tendo a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como características. Metodologias participativas, nas quais a ação não se restringe aos atores da universidade, mas se respaldam na construção coletiva dos universitários com a comunidade, compartilhando saberes, contribuem para a promoção da "autonomia dos envolvidos na ação, sobretudo via construção de capacidades, o que confirma a ideia de que a extensão universitária é capaz de gerar inovações sociais" (KLAUMANN; TATSCH, 2023, p. 27).

As palavras principais que intitulam as comunidades (projeto, grupo, estudante, comunidade, ação, formação, pesquisa e social) são mais bem visualizadas na nuvem de palavras.

Figura 4 - Nuvem de palavras do *corpus* – Metodologia



Fonte: Elaboração própria.

Embora o recorte das ações (2018-2022) se refira ao período de publicação da resolução, em um segundo momento as ações selecionadas foram analisadas à luz de categorias elaboradas a partir da normativa nacional (Resolução CNE/CES nº 07/2018) e da normativa institucional (Resolução nº 57/19-CEPE UFPR).

Analisadas à luz dessas categorias, observa-se que as 49 ações demonstram aderência significativa aos princípios extensionistas propostos na legislação e na normativa institucional. Conforme consta na tabela 3, entre os eventos, se sobressai a categoria com ênfase na interação com a sociedade em relação as questões contemporâneas. Aqui cabe a observação de que grande parte dos eventos (11 do total de 15) foi realizada durante a pandemia da COVID-19, o que explica a maior abertura e facilidade de acesso à comunidade externa verificável nas propostas dos eventos. Sobre os projetos, destaca-se o maior número (30) que evidencia a preocupação com a formação cidadã, na qual é promovida a vivência interprofissional e interdisciplinar dos conhecimentos, e a integração interdisciplinar, mencionando, em alguma medida, a valorização e integração da formação cidadã à matriz curricular.

Tabela 4 - Ações de extensão: aderência por categorias de análise da extensão

Categorias	Curso	Eventos	Programas	Projetos	Total
Interação com a sociedade - foco nas questões contemporâneas	03	15	01	26	**45**
Formação cidadã e integração interdisciplinar	02	10	01	30	**43**
Promoção de mudanças na instituição e na sociedade	02	09	01	25	**37**
Compromisso social e diálogo construtivo	03	08	01	22	**34**
Produção e aplicação de conhecimentos	03	09	01	26	**39**

Fonte: Elaboração própria.

Dentre os projetos nos quais foram identificados elementos que coadunam com todas as categorias elaboradas para análise da extensão, destaca-se o Projeto 4, no qual o objetivo geral, os

resultados esperados e o acompanhamento e avaliação desenhados, ilustram o conjunto das categorias para análise da extensão.

> Objetivo Geral: Estabelecer um diálogo de saberes com esses grupos para analisar as formas de ocupação existentes, conhecer os desejos das comunidades e propor entre todas novas formas de ocupação do território acordes com seus desafios e possibilidades, sempre respeitando os princípios de uma lógica do cuidado ampliada: cuidado de si, das outras e da natureza. Resultados Esperados: Consolidação territorial de comunidades que já estão fixadas no lugar, porém ameaçadas de expulsão, ou com a conquista dos direitos territoriais de comunidades que ainda estão na disputa de terra e território negados; Mediação em conflitos por terra e território no Estado do Paraná; Fortalecimento dos vínculos entre universidade e movimentos sociais; Formação de profissionais (educadores e técnicos) capazes de enfrentar essas situações de conflito territorial. Acompanhamento e Avaliação: O diálogo continuo com esses movimentos sociais e a produção de uma série de estudos e ações sempre em parceria será a forma de acompanhamento e avaliação do projeto (Projeto de extensão 4).

A interatividade e a troca de conhecimentos, a preocupação com a vivência interdisciplinar integrada à formação cidadã com vistas à construção e aplicação de conhecimentos para promover mudanças com impacto social, realizada por meio de um diálogo construtivo e transformador e com o incentivo à atuação da comunidade (nesse caso acadêmica e externa) no debate sobre as questões sociais propostas no Projeto de extensão 4, perpassa, em alguma medida, todas as categoriais de análise da extensão e se vincula explicitamente à temática dos direitos humanos.

Outra ação que ilustra a aderência a todas as categorias elaboradas para análise da extensão foi o Projeto 7, cuja metodologia evidencia que:

> [...] será utilizado o modelo proposto por Bordenave e Pereira (2004), intitulado Arco de Maguerez, que é realizado em cinco etapas, possibilitando conhecer o problema na sua raiz e planejar ações especificas para o mesmo. Essas etapas são: 1. observação da realidade; 2. pontos-chave; 3. Teorização; 4; hipóteses da solução; 5. aplicação à realidade.

Nesse caso, o público-alvo do projeto é restrito à Estudantes de 5º de ano de uma Escola Rural Municipal e Usuários de Unidade de Saúde de um município da região metropolitana de Curitiba e o projeto tem como objetivo geral "Construir participativamente ações de Segurança Alimentar e Nutricional em equipamentos públicos de educação e de saúde do Município [...]" (Projeto de extensão 7).

Embora as ações sob forma de cursos e eventos tenham demonstrado maior ou menor alinhamento às categorias para análise da extensão, observa-se ser mais pontual o "fazer-com" nas propostas, pela própria natureza desses tipos de ação.

Para verificar o potencial de inovação social nas ações analisadas, foram articuladas as categorias elaboradas para a análise da extensão com as 5 dimensões da inovação social (TARDIF; HARRISSON, 2005).

A análise das ações extensionistas no que se refere às dimensões da inovação social foi mais complexa, sobretudo, porque não há orientação normativa para que a inovação social seja um norte para as ações extensionistas. Por outro lado, há um incentivo para que as ações extensionistas propostas na IES se vinculem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. São 17 objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo (NAÇÕES UNIDAS, 2024). Tal incentivo viabiliza que as propostas se articulem em alguma medida aos direitos humanos e gerem, potencialmente, inovações sociais.

Tabela 5 - Ações de extensão: aderência por categorias de análise das dimensões da inovação social

Dimensões	Curso	Eventos	Programas	Projetos	Total
Transformação	2	15	1	24	42
Caráter inovador das soluções	1	1	-	10	12
Inovação	1	1	-	12	14
Atores	3	3	1	17	24
Processo	1	1	-	11	13

Fonte: Elaboração própria.

A análise das dimensões da inovação social se pautou nas propostas de ação extensionista, e não nos relatórios ou avaliações da execução dessas ações, pois o processo de implementação desses elementos (relatórios e avaliações da execução) ainda estava em curso no momento da pesquisa. Por esse motivo, foi analisado o potencial das ações extensionistas, considerando as propostas submetidas. Assim, poucas foram as ações nas quais todas as dimensões da inovação social, propostas por Tardif e Harrisson (2005), foram encontradas.

Na dimensão da **transformação**, se enquadram ações extensionistas que são "[...] desencadeadas por contextos em crise, por rupturas e descontinuidades, em macro e/ou microescalas"; em contextos ou sobre temáticas em relação as quais "as mudanças estruturais forçariam os atores a repensar as suas ações e a formular 'novas respostas' que sejam tanto económicas como sociais (TARDIF; HARRISSON, 2005, p. 24). São ações nas quais há troca de conhecimentos e contato com questões complexas contemporâneas.

Nesse sentido, destaca-se o Curso de Extensão 3, que tem vínculo com o Programa de Extensão 1, no qual os objetivos, gerais e específicos demonstram esse caráter disruptivo e a busca por novas respostas comuns nas duas propostas.

> Objetivo Geral: [...] Avançar e incentivar o debate acerca da cidadania e participação política de populações marginalizadas; Incentivar o ingresso de jovens e adultos de classes populares na universidade pública; Desenvolver novas metodologias de ensino que dialoguem com o cotidiano da população; Retornar as pesquisas realizadas na universidade para a população; Reconhecer e valorizar o conhecimento popular produzido pelas periferias dentro e fora da academia; Incentivar a criação de uma rede de apoio e debate acerca do direito à cidade entre diferentes periferias da cidade de Curitiba e região metropolitana. Objetivos Específicos: Incentivar a participação de estudantes cotistas no projeto; Unir diferentes seguimentos sociais na construção de debates em comum; Incentivar a cultura, a liberdade de expressão e manifestação enquanto direitos que devem ser assegurados. Incentivar a articulação de projetos culturais com finalidades sociais. Demonstrar a importância das humanidades na formação crítica e cidadã da população (Curso de Extensão 3).

A diversidade do público-alvo do evento também expressa esse potencial relacionado à dimensão da transformação.

> Público-alvo: Estudantes do curso de Ciências Sociais e outros interessados da UFPR; artistas associados aos elementos da Cultura Hip Hop (grafite, rap, break dance e poesia); lideranças comunitárias, representantes de coletivos e Projetos realizados nas comunidades, jovens das comunidades, fotógrafos (as e especialistas nos assuntos de cada encontro; associações de moradores e bibliotecas municipais (Curso de Extensão 3).

A dimensão relativa ao **caráter inovador das soluções** encontradas em resposta as crises e rupturas (de ordem econômica, sociais, etc.) se relaciona à extensão em ações nas quais há a previsão de construção e aplicação de conhecimentos que promovam mudanças e/ou atividades acadêmicas e sociais que gerem impacto à própria instituição ou outros setores da sociedade. Com essas características, destaca-se o Projeto de Extensão 18.

> Objetivo Geral: Promover ações educativas, formativas e de pesquisa-ação pautadas pela ecologia dos saberes com povos e comunidades tradicionais da região metropolitana de Curitiba e litoral do Paraná. Objetivo Específico: a)Organizar grupos de estudo com caráter de comunidades de aprendizagem que reconheçam a inter/transdisciplinaridade e o diálogo de saberes; b) Identificar instituições, escolas e parceiros que possam ser envolvidos nas ações do projeto c) Realizar palestras, encontros, eventos, cursos e disciplinas (graduação e pós-graduação) voltados para ecologia do saberes, etnoecologia, etnodesenvolvimento e práticas tradicionais; d) Planejar e implementar coletivamente com os atores ações que possam fortalecer as demandas territoriais a partir das instituições escolares (escolas indígenas), como formação para elaboração do Projeto Político Pedagógico, reavaliação do currículo, etc; e)Produzir materiais educativos (registros dos processos) que valorizem os conhecimentos e práticas dos povos e comunidades tradicionais envolvidas. f) Realizar parcerias com outras instituições que se alinhem ao fortalecimento de ações de aliança com os povos e comunidades tradicionais (Projeto de Extensão 18).

Além dos potencialmente inovadores objetivos gerais e específicos, o Projeto 18 apresenta um arcabouço metodológico plural e de essência participativa: pesquisa-ação e etnoecologia, com previsão de utilização de estratégias como dinâmica de grupo e debates, "adotando componentes do educar pela pesquisa e das metodologias ativas como forma de aproximar o ensino as realidades e contextos das comunidades tradicionais, a fim de promover um diálogo de saberes que direcione para ecologia da ação" (Projeto de extensão 18).

Para Tardif e Harrisson (2005, p. 24), a dimensão da **inovação** social pode ter diferentes naturezas: "técnica (tecnológica), sociotécnica, social, organizacional e institucional". Segundo os autores, "de um modo geral, o foco está mais especificamente nas três últimas formas de inovação e nas suas inter-relações durante os processos de criação e implementação de soluções inovadoras". Aplicada à análise da extensão, essa dimensão pode se expressar nas ações extensionistas, na indicação do compromisso social com diversas áreas, como comunicação, cultura, direitos humanos, meio ambiente, etc.; na reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa; no incentivo à atuação da comunidade acadêmica no enfrentamento de questões sociais; e na produção e construção de conhecimentos voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável e alinhado à realidade brasileira. Com potencial de natureza sociotécnica e social, o Evento de extensão 3 merece destaque.

> Objetivo geral: reunir as diferentes organizações da cidade de Matinhos que trabalhem com os direitos das mulheres em seus diferentes aspectos. Objetivos específicos: Propiciar o diálogo entre as Associações de Bairro de Matinhos compostas por mulheres; Fortalecer as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher; Integrar as demandas sociais das mulheres matinhenses com os poderes constituídos; Fortalecer a base comunitária composta por mulheres ou que trabalhe com os direitos das mulheres (Evento de extensão 3).

Voltado para comunidades dos bairros da periferia de Matinhos, para as mulheres, para a comunidade acadêmica e para a comunidade local do litoral, a proposta do evento visa impactar no que se refere à transformação social, pois "visa a articulação de ações entre diferentes segmentos da sociedade e a universidade respondendo ao tripé Ensino, Pesquisa e extensão à partir do qual se almeja uma relação com a comunidade de modo solidário e amoroso", em uma proposta realizada "em conjunto com a comunidade de Matinhos que em todo momento evidencia suas demandas e discute com os membros da equipe do projeto a possibilidade de sua execução, configurando-se em um diálogo constante entre UFPR e Conselho dos direitos da mulher de Matinhos" (Evento de extensão 3).

A multiplicidade de **atores**, bem como a diversidade de relações constituídas entre eles é uma das dimensões propostas por Tardif e Harrisson (2005, p. 24). Para os autores, "os processos de inovação incluem um conjunto de processos de interação entre diferentes atores, o que os torna um todo complexo e difícil de analisar na sua totalidade". Destacam, ainda, que processos de inovação impactam

especialmente os modos de coordenação. Segundo Tardif e Harrisson (2005, p. 25). “em termos de modos de coordenação, o processo de inovação é frequentemente descrito como um processo de aprendizagem coletiva”, visão que articula as dimensões dos atores e dos processos, como pode ser observado no Quadro 2. No âmbito da extensão universitária, na troca do “fazer-para” para o “fazer-com”, amplia-se a possibilidade de aprendizagens coletivas, por meio da vivência interprofissional e interdisciplinar dos conhecimentos, da valorização e integração da formação cidadã à matriz curricular, promovendo, assim, uma formação integral dos estudantes como cidadãos críticos e responsáveis.

Na análise do potencial de inovação social nas ações extensionistas, a dimensão dos atores foi a segunda mais presente nas propostas, conforme dados da Tabela 4. Nesse sentido, merece destaque o Projeto de Extensão 11, que tem um amplo e diversificado público-alvo: Agricultores familiares, nos termos da Lei da Agricultura Familiar (Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006) do Vale do Ribeira. Estudantes da UFPR de graduação e pós-graduação. Agentes Públicos e Profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural.- ATER pública ou privada. Consumidores de produtos orgânicos. Professores de Instituição de Ensino Superior, de instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e de Instituições Públicas Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica” (Projeto de Extensão 11). O objetivo geral do projeto é

> Desenvolver ações que possibilite a emancipação das comunidades e a produção de tecnologias sociais voltadas aos contextos populares, tendo como principal ferramenta os processos educativos continuados, interagindo com a comunidade através de projetos de intervenção voltados a construção do desenvolvimento local” (Projeto de Extensão 11).

A dimensão denominada por Tardif e Harrisson (2005, p. 25), como processo, se refere as ações e processos cooperativos de aprendizagem coletiva, que visam a efetivação da inovação social, no qual todos os atores estejam investidos. No contexto da extensão universitária, essa dimensão se expressa em propostas de ações que proporcionem a interatividade da comunidade acadêmica com a sociedade e promovam um diálogo construtivo e transformador com setores da sociedade. lustra a dimensão do processo, o objetivo geral e os específicos do Projeto de extensão 6.

> Objetivo geral: Apreender demandas coletivo-populares e institucionais no âmbito da política urbana e viabilizar estratégias interventivas horizontalizadas que gerem ações para a consolidação do Direito à Cidade - sua produção/pertencimento, apropriação/uso. Objetivo específico: Construir metodologias participativas de trabalho com coletivos e comunidades de modo articulado a coletivos populares, organizações sociais e instituições que atuam nos territórios, objetivando ampliação da participação política nas decisões sobre a Cidade e incentivando o desenvolvimento de experiências de autogestão (Projeto de extensão 6).

A aprendizagem cooperativa construída em um diálogo construtivo entre universitários e os públicos-alvo externos (comunidades em situação de vulnerabilidade social, servidores técnicos de municípios envolvidos) fica evidente nos objetivos do projeto e se expressa ainda nas metodologias propostas em dois eixos: "1. Ações com coletivos populares e 2. Assessorias à concepção e execução de políticas sociais públicas". No eixo 1, são previstas ações de "Planejamento Popular, articulado à metodologia do Planejamento Estratégico Situacional ", e no eixo 2 , há a previsão de ações de "assessorias e consultorias a instituições públicas; supervisões técnicas a agentes implementadores de políticas públicas; produção de estudos e pesquisas que subsidiem a formulação e implementação de serviços, programas e projetos de interesse social e cultural nesses territórios" (Projeto de extensão 6).

Todas as 49 ações de extensão apresentaram elementos condizentes a ao menos uma das dimensões da inovação social. As propostas de ações extensionistas que mais apresentaram elementos alinhados às dimensões da inovação foram 5 projetos e 1 evento de extensão, destacadas no quadro 4.

Quadro 4 - Ações extensionistas com maior potencial de inovação social

Tipo da Ação	Título
Projeto de extensão 06	Direito à Cidade e Proteção Social: incidências coletivas e políticas públicas (2022)
Projeto de extensão 11	Economia Solidária, Desenvolvimento Local e Organização Comunitária (2019)
Projeto de extensão 15	Juventude e Transformação Social (2023)
Projeto de extensão 18	Ecologia de saberes com povos e comunidades tradicionais do Paraná (2019)
Projeto de extensão 19	Violência Nota Zero: promoção de relações interpessoais saudáveis (2020)
Evento de extensão 03	Março, Mulheres, Matinhos: articulação em rede para a transformação social (2023)

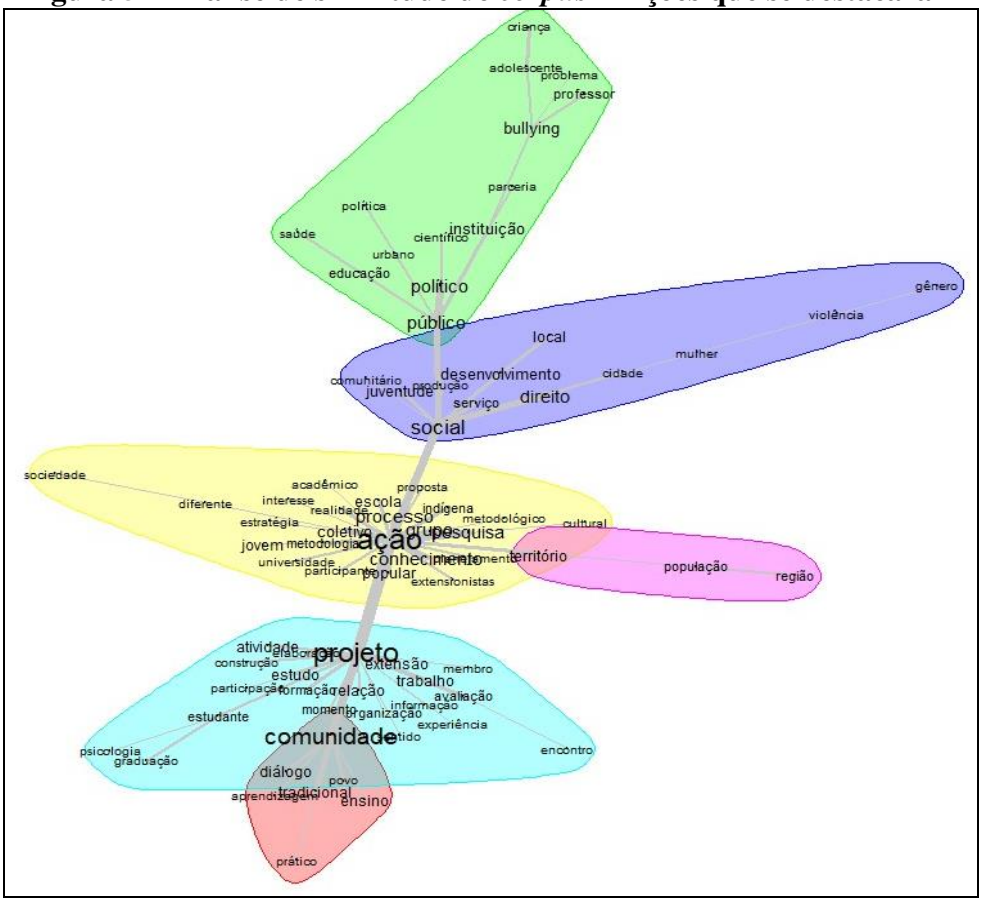
Fonte: Elaboração própria.

A partir da consideração das dimensões da inovação social aplicadas no contexto da extensão universitária, foi possível identificar nas propostas de ações extensionistas (cursos, eventos, programas e projetos) características potencialmente inovadoras socialmente, sobretudo a partir da promoção do diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e os direitos humanos.

Com o objetivo de ilustrar o conteúdo dessas ações que se destacaram, foi organizado o *corpus* das ações extensionistas com maior potencial de inovação social (6 textos), sendo, nesse caso, codificados para análise textual de similitude no Iramuteq, os seguintes itens que compõem as propostas (objetivos gerais, objetivos específicos, justificativa, metodologia, resultados esperados e acompanhamento e avaliação).

Na análise do *corpus* das 6 propostas de ações extensionistas que se destacaram na análise de conteúdo, o Iramuteq identificou 8786 palavras. Ao realizar a análise de similitude, foram criadas 6 comunidades.

Figura 5 - Análise de similitude do *corpus* – Ações que se destacaram



Fonte: Elaboração própria.

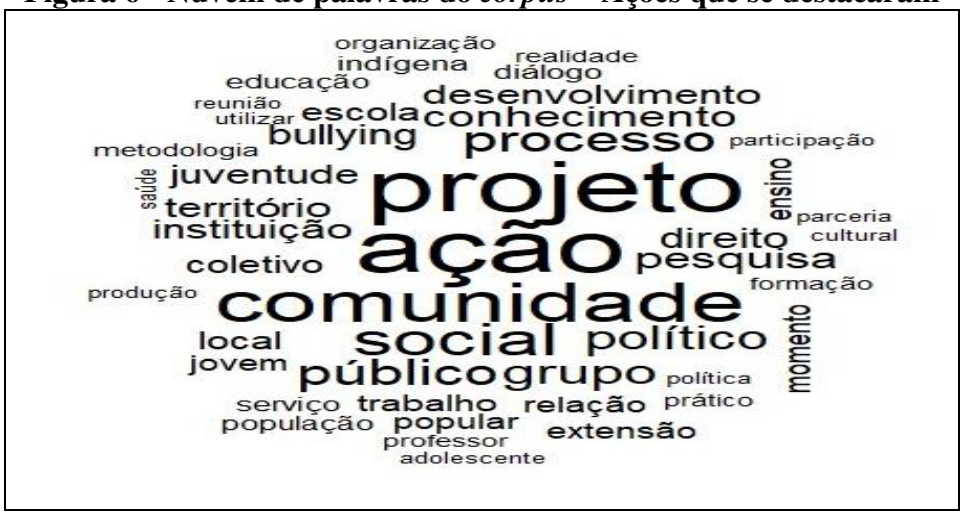
Da imagem que apresenta a análise de similitude do *corpus* das ações que se destacaram, é significativa a sobreposição das comunidades projeto e comunidade, bem como a espessura do ramo que conecta essas comunidades à comunidade "ação". Representa, dessa forma, os princípios da extensão universitária propostos na legislação e remete à possibilidade de emancipação das pessoas e da sua capacidade de ação, conforme defendido por Cunha e Benneworth (2013, p. 08), considerando o potencial de aumentar a resiliência social e as capacidades sociopolíticas dos participantes. A nuvem de palavras desse *corpus* permite visualizar melhor as palavras principais de cada comunidade e as que as circundam.

Ao analisar as ações extensionistas relacionados direta ou indiretamente à grande área dos Direitos Humanos, foi surpreendente encontrar propostas originadas em 21 departamentos vinculados à dez setores diferentes, o que demonstra a diversidade de possibilidades de tratar temas afins aos Direitos Humanos, nas mais variadas áreas do conhecimento.

Com a análise de similitude e as nuvens de palavras, evidenciou-se que as ações analisadas, de modo geral, projetam ações participativas, nas quais a comunidade e o território são mais do que

público-alvo. A aderência das propostas das ações aos princípios extensionistas apresentados na legislação nacional e na normativa institucional foi muito significativa.

Figura 6 - Nuvem de palavras do *corpus* – Ações que se destacaram



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados da pesquisa realizada permitem inferir que as propostas de ações extensionistas demonstram grande aderência aos princípios conceituais dos estudos mais clássicos e dos contemporâneos sobre as temáticas, e às políticas nacionais e institucionais da extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária no Brasil, embora componha o denominado tripé das funções da universidade, historicamente ocupou um espaço de menor visibilidade. A partir da política que promove a curricularização da extensão, na qual todos os cursos de graduação devem oferecer dez porcento da sua carga horária total em atividades extensionistas, a extensão conquista um espaço de maior destaque nos processos formativos. Para além da carga horária, a maior integração ao conjunto de aprendizagens previstas na integralização do currículo, evidencia o valor da extensão na formação integral dos estudantes e na tessitura das ciências que produz.

Ações extensionistas que proponham o diálogo e o fazer-com a comunidade, seja em seu conteúdo ou em seu método, se destacam pelo potencial construtivo de processos dialógicos e emancipatórios, tanto no que se refere aos acadêmicos quanto aos sujeitos das comunidades e aos territórios que buscam transformar. Nesse sentido, a extensão se interrelaciona de modo intrínseco aos direitos humanos, ainda que não os tenha como tema ou conteúdo central, e pode ser um meio de

produção de inovações sociais. Desse modo, afasta-se o viés assistencialista que historicamente marcou a extensão universitária no Brasil.

Portanto, se destaca o potencial das ações de extensão na constituição da inovação social, na medida em que promovem o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e comunitários com os direitos humanos. É possível concluir que quanto maior possibilidade de participação do conjunto de sujeitos nas ações extensionistas, mais aderência elas apresentam em relação às dimensões da inovação social. Em algumas ações, essa participação é prevista desde etapas de diagnóstico, nas quais os desafios e necessidades da comunidade são elencados, em seus objetivos, na metodologia, nas propostas de multiplicar os conhecimentos produzidos e nas formas de avaliar o processo.

Pela seleção das ações no escopo da área dos direitos humanos, observou-se que grande número das propostas institucionais estudadas, demonstra aderência à dimensão da transformação, considerando a complexidade e os desafios impostos pelas temáticas relacionadas aos direitos humanos. A diversidade de grupos de atores envolvidos, tanto do público interno quanto do público externo, foi significativa.

A análise da potencialidade das ações extensionistas para a inovação social revela a necessidade e pertinência de novos estudos que avaliem a efetividade duradoura das ações extensionistas. Pesquisas de avaliação das políticas públicas, na geração de inovações sociais, são fundamentais para que se amplie e fortaleça a garantia de direitos para todos(as), mediante ações corresponsáveis na promoção de justiça social. Assim, o estudo pode ser ampliado, via análise da inovação social nas ações de extensão *in loco*, observando os processos participativos e as vivências e experiências em/com direitos humanos, ou a partir dos resultados e avaliações dos programas, projetos, eventos ou cursos. As ações extensionistas se constituem como inovação social, na medida que promovem o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e os direitos humanos. Portanto, é possível concluir que as estratégias de participação corresponsável da comunidade na formulação, aplicação e avaliação das ações extensionistas é condição principal para que as propostas tenham aderência às dimensões da inovação social. Desse modo, as ações extensionistas se afastam de um viés assistencialista, focado no "fazer-para", e podem se constituir em inovações sociais a partir do "fazer-com", potencializado no encontro dos saberes acadêmicos com os saberes comunitários, viabilizando a reciprocidade de aprendizagens entre universidade e comunidade.

Nesse sentido, as estratégias de participação corresponsável com/na comunidade, a representação social e política na formulação, aplicação e avaliação das ações extensionistas, se torna condição vital para que a extensão universitária produza inovação social capaz de gerar a inclusão pela via da garantia dos direitos humanos, e atenuar as desigualdades.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, I.; ABREU, A. "Dimensões e espaços da inovação social". **Finisterra**, vol. 41, n. 81, 2006.

AOOD, M. H. L.; ABREU, W. F. "Formação de professores em direitos humanos: uma caracterização das teses e dissertações em educação no Brasil". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 48, 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BIGNETTI, L. P. "As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa". **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 47, n. 1, 2011.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Editora Porto, 1994.

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Malheiros, 2008.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 23/01/2024.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília: Planalto, 2014. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 23/01/2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CES n. 608, de 17 de dezembro de 2018**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em 23/01/2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em 23/01/2024.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. "IRAMUTEQ: software gratuito para análise de textos". **Temas Psicológicos**, vol. 21, n. 2, 2013.

CAMPOS, A. F. M.; CAETANO, L. M. D.; GOMES, V. M. L. R. "Revisão sistemática de literatura em educação: características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas". **Linguagens, Educação e Sociedade**, vol. 27, n. 54, 2023.

CANDAU, V. M. *et al*. **Educação em Direitos Humanos e a formação de professores (as)**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

CANDAU, V. M. F.; SACAVINO, S. B. "Educação em direitos humanos e formação de educadores". **Educação**, vol. 36, n. 1, 2013.

CUNHA, J.; BENNEWORTH, P. "Universities' contributions to social innovation: towards a theoretical framework". **Anais Eura Conference**. Dortmund: European Urban Research Association, 2013.

ELLIOT, G. "Character and impact of social innovation in higher education". **International Journal of Continuing Education and Lifelong Learning**, vol. 5, 2013.

FLORES, J. H. "Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência". **Sequência**: **Estudos Jurídicos e Políticos**, vol. 23, n. 44, 2002.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão em Universidades Públicas Brasileiras. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular**: uma visão da extensão. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

FRASER, N. "Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista". **Cadernos de Campo**, vol. 14, 2006.

FRASER, N. **Escalas de Justicia**. Barcelona: Pensamiento Herder, 2008.

KLAUMANN, A. P.; TATSCH, A. L. "A Extensão Universitária como um caminho para a Inovação Social: análises a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul". **Revista Brasileira de Inovação**, vol. 22, 2023.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora EPU, 1986.

MOULAERT, F. *et al*. "Towards alternative model(s) of local innovation". **Urban Studies**, vol. 42, n. 11, 2005.

NAÇÕES UNIDAS. "Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil". **Nações Unidas Brasil** [2024]. Disponível em <www.un.org>. Acesso em: 05/03/2024.

OKOLI, C. "A guide to conducting a standalone Systematic Literature Review". **Communications of the Association for Information Systems**, vol. 37, n. 43, 2015a.

OKOLI, C. "Critical Realist Considerations for Literature Reviews". **SSRN Electronic Journal** [2015b]. Disponível em <www.ssrn.com>. Acesso em: 05/03/2024.

PAULA, W. "Freiriando a educação e o cotidiano". *In*: LEMOS, F. C. S.; COLOMBANI, F.; SENHORAS, E. M. (orgs.). **Humanidades**: Temas Emergentes. Boa Vista: Editora IOLE, 2024.

REINALDO, C. M.; PINTO, F. R. "Ecossistema de inovação social: uma revisão sistemática". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 48, 2023.

SOUZA, M. *et al*. "O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas". **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, vol. 52, 2018.

TARDIF, C.; HARRISSON, D. "Complémentarité, convergence e transversalité: la conceptualisation de l'"innovation sociale au". **Cahiers du CRISES** [2005]. Disponível em <www.crises.uqam.ca>. Acesso em: 05/03/2024.

UFPR – Universidade Federal do Paraná. **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2022-2026**. Curitiba: UFPR, 2022. Disponível em: <www.ufpr.br>. Acesso em 10/06/2024.

UFPR – Universidade Federal do Paraná. **Resolução n. 57/19**. Curitiba: UFPR, 2022. Disponível em: <www.ufpr.br>. Acesso em 10/06/2024.

VILANOVA-CAMPELO, R. C.; MARTINS, A. P. S. "Danças maranhenses e ginástica para todos: aprendizagens para além da universidade". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 47, 2023.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 18 | Nº 53 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima